

MEMÓRIA E DOCUMENTOS

DE “ESCOLA DO TRABALHO” A “ESCOLA INDUSTRIAL”¹

Maria Ciavatta²

Em trabalho anterior sobre a “Escola do trabalho, escola nacionalizadora” (CIAVATTA, 2015), apresentamos a ideia *escola do trabalho* que toma forma no Brasil em um quadro de transformações e de profunda crise do modelo econômico da República Velha (CARONE, 1978) da incorporação de novas preocupações ao jogo político do modelo de desenvolvimento indústria, forjado no Brasil em torno dos anos 1930. Ele tem por base as mudanças que se processam na sociabilidade capitalista e seu profundo impacto no conteúdo do trabalho, na divisão do trabalho e em sua relação com os processos educacionais.

Hoje vimos apresentar um documento ao qual tivemos acesso no original, no arquivo da Escola Industrial Henrique Lage, nos anos 1985/1986. No “*Relatório Sobre a situação atual da Escola Industrial Henrique Lage e diretrizes para sua reforma*”, o Diretor da Escola, Rubey Wanderley, detalha os problemas e preocupações com a prática escolar de uma “escola do trabalho” que se transforma em “escola industrial” (WANDERLEY, 1951).

¹ Este tema será tratado em dois momentos. Neste primeiro texto, abordaremos o “RELATÓRIO sobre a situação da Escola Industrial Henrique Lage e diretrizes para sua reforma” do ponto de vista de duas de suas seções: “Efeitos da industrialização” e “Espírito Profissional” (p. 1-8). A seguir, será apresentada a íntegra do documento.

² O Relatório é parte do corpus documental encontrado no arquivo da Escola, para fins da pesquisa que deu origem à minha Tese de Professora Titular de Trabalho e Educação, “*A Escola do Trabalho – Entre Discursos e Imagens*”, defendida em Concurso Público, realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Campus do Gragoatá, Bloco D, dias 7 e 8 de março de 1993.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

Em 1951, como ainda hoje, éramos uma sociedade marcada pela cultura escravocrata e pelas relações de classes profundamente desiguais. Estávamos, então, no segundo governo Vargas (1951-1954). Apesar das conquistas trabalhistas, os operários ressentiam-se das condições desiguais de acesso a trabalho e renda, e aos benefícios provenientes da riqueza social, particularmente, a educação, símbolo cultural das classes alta renda, e canal de mobilidade social para as demais classes sociais.

Embora fôssemos um país distante do núcleo do taylorismo-fordismo implantado nas empresas dos países industrializados, anunciava-se o avanço das ciências e das tecnologias. Sua influência manifestava-se na transformação dos processos produtivos na indústria brasileira que vivia um surto de industrialização.

Problemas crônicos atingiam dramaticamente as populações de baixa renda. Crianças e adolescentes eram encaminhadas ao trabalho precoce, pelas condições de pobreza familiar, privando-os cada vez mais da possível frequência à escola e da aprendizagem mínima da leitura e escrita, como paliativo de uma situação de desamparo. É neste contexto que, desde o final do século XIX, por vontade do Imperador D. Pedro II e pela beneficência de alguns notáveis, criaram-se, no Rio de Janeiro, os institutos profissionais, destinados a órfãos e crianças desamparadas.³ O padrão dessas escolas até as primeiras décadas do século XX, era oferecer o Ensino Primário em quatro séries e propiciar o aprendizado de trabalhos manuais ou formação profissional.

Sob o ideário industrialista, o engenheiro Amerino Wanick fundou, com a Sociedade Escola Técnica Fluminense, no bairro operário do Barreto, em Niterói, o Instituto Profissional “Washington Luiz” (1923), depois Escola do Trabalho (1931), posteriormente, Escola Profissional Henrique Lage (1941), em

³ Tais como, a Casa de São José (1888), depois, Instituto Ferreira Viana (1916); o Instituto Profissional Masculino (1898), depois, Instituto João Alfredo (1910); o Instituto Profissional Feminino (1897), depois, Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (1912).

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

homenagem ao industrial Henrique Lage. Adaptada ao ensino industrial em 1943, tornou-se a Escola Industrial Henrique Lage, da qual trata o Relatório de 1951.

A industrialização é entendida como um processo que envolve a produção de bens em unidades empresariais que utilizam a manufatura, um avanço progressivo da tecnologia e da divisão técnica do trabalho, a introdução de medidas organizacionais que elevem a produtividade, o assalariamento e a consequente formação de uma classe trabalhadora urbana. Teria tido início no Brasil, neste século, embora desde fins do século passado houvesse algumas centenas de estabelecimentos industriais nos setores hoje chamados tradicionais. O país teria passado de simples crescimento industrial, para o desenvolvimento induzido por mudanças estruturais na economia, tornando-se a indústria o setor líder do crescimento.

Do ponto de vista da educação, esta distinção é importante. Ela permite compreender melhor a diferença qualitativa entre as propostas de preparação profissional das escolas profissionais masculinas, das “escolas do trabalho”, que vêm dos anos vinte e subsistem em processo de transformação nos anos trinta, e os novos rumos deste tipo de educação, que vai culminar com a criação do SENAI e das escolas técnicas federais nos anos quarenta. O que é possível perceber é um processo que se move lentamente rumo a uma sociedade diferente, com base em novos valores, gerando uma outra proposta de educação, aquela que viria preparar para o trabalho na indústria, dentro de uma nova ordem, gerada pela acumulação do capital (CIAVATTA, 1993).

No estudo do pensamento industrialista no Rio de Janeiro, de 1880 a 1920, aproximadamente, Maria Inez Turazzi (1989), indica que, além de serem uma estratégia de superação dos problemas objetivos da indústria, a disciplina hierárquica, a subordinação dos trabalhadores e o controle do processo de trabalho são estratégias do desenvolvimento e expansão do capital. São estas necessidades, como manifestações de um mesmo processo (produzir e produzir gerando lucros), que vão constituir o fundamento ideológicos da

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

organização da educação popular, primeiro, com base na introdução do trabalho no processo educativo e, segundo, com a organização do ensino profissional, de forma a atender as exigências da produção industrial (p. 58-9).

A autora (op. cit.) assinala os seguintes elementos da ideologia da construção do progresso e da imposição da ordem: a harmonia entre a capital e o trabalho, a virtude pela pobreza, o progresso pelo trabalho e a ordem pela disciplina.

O contexto da sociedade brasileira e os elementos da imposição da ordem industrialista permitem compreender as queixas do Diretor da Escola Industrial Henrique Lage ao fazer o Relatório minucioso das questões educacionais relativas aos efeitos da industrialização e ao espírito profissional. Rubey Wanderley começa prestando contas dos recursos recebidos e da devolução relativa “a obras manufactureiras da Marcenaria Industria”. Faz o esclarecimento para deixar claro que “as rendas desta Escola não provêm de trabalho em que se empregue a mão de obra dos alunos dos cursos industriais; ao contrário, na Marcenaria Industrial não entram alunos, e nela raros são os ex-alunos aproveitados” e levar adiante a crítica à “ausência de uma didática apropriada aos objetivos que a Escola persegue, e para os quais existe, como é a formação de operários qualificados” (p. 1).

Mais adiante, sua crítica vai além, atinge o âmago da questão, primeira, é o ensino profissional que não é aproveitado pelos alunos em seus empregos: “Nas indústrias fluminense e carioca não é difícil encontrar ex-alunos da Escola, mas não manejando máquinas nem dirigindo oficinas”. Pode-se até encontra-los aproveitando os conhecimentos das disciplinas de cultura geral nos escritórios, no comércio, nas carreiras liberais, nas forças armadas. Mas esse fato demonstra “a falência da instrução técnica, que deveriam receber em nossa Escola, para o que foi ela expressamente fundada e é mantida com sacrifícios pelo governo” (ibid.).

Na segunda crítica ele diz que “a Escola Industrial Henrique Lage é hoje uma espécie de ginásio”. A Escola teria perdido a direção de ensino técnico

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

deixada por seu fundador, o engenheiro Americo Wanick. Dois aspectos devem ser aí destacados: a época é marcada pela discussão sobre a cultura geral (dos cursos ginásial e colegial) versus a cultura técnica (dos cursos técnicos e profissionalizantes), inclusive pela diferença de status nas escolas entre os professores das disciplinas gerais (português, matemática etc.) e as disciplinas profissionalizantes (mecânica, eletricidade etc). Ao tratar da Reforma Administrativa, o documento estabelece “III) a divisão das Disciplinas de Cultura Geral, a que se juntaria o Serviço de Práticas Educativas; IV) Divisão das disciplinas de Cultura Técnica”(p. 3).

A defesa da formação da “consciência industrial” e dos cursos profissionalizantes, opunha-se a um movimento contrário dos setores desfavorecidos da população que reivindicavam formação geral para seus filhos, seja pelo acesso direto aos cursos ginásiais, seja pela equiparação dos cursos profissionais ao ginásial que daria acesso ao colegial.

A discussão desta questão vinha se arrastando desde o início da elaboração da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em 1948, que somente vai ser aprovada quase quatorze anos depois (Lei n. 4.024/61). Neste intervalo, por pressão popular e de intelectuais, vão ser aprovadas as Leis de Equivalência. A primeira das três leis aprovadas, ao que parece, expressa na referência do Diretor, é a Lei n.1.076, aprovada em 1950. Ela tornou os cursos profissionais equivalentes ao curso secundário de nível ginásial, dando aos concluintes acesso ao ciclo colegial “desde que se submetessem a exames das disciplinas de cultura geral não estudadas nos cursos técnicos” (CIAVATTA, 2009, p. 382).

Reivindicando autonomia administrativa, declara que ela é “a providência básica para objetivarmos a industrialização da escola. E sem industrialização o ensino técnico é praticamente irrealizável”. É enfático na defesa de sua proposta: “A primeira consequência da industrialização, e a mais principal, é criar, nas oficinas de escola, o ambiente de trabalho idêntico ao que o aluno vai encontrar nas oficinas particulares, quando nelas se for empregar como

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

operário” (WANDERLEY, 1951, p. 4). A formação profissional deve ser feita na Escola, mas,

Para isto é necessário, (uma vez que a Escola tem dois tipos de curso, o de letras e o profissional), que o menino seja naquele tratado um “aluno” e neste como “aprendiz”, ou seja, como “aprendiz” de indústria, exatamente nos termos em que se faz o aprendizado fora das Escolas profissionais: participando do mesmo nível de vida, das vantagens e das vicissitudes dos proletários (ibid.).

Alerta que providências devem ser tomadas para “impedir a fuga à Escola dos alunos, de um lado, e dos professores, de outro lado”. No caso dos alunos, ao atingir o 3º ano a maioria dos alunos abandona os cursos, retirados pelas famílias, que os empregam, para ajudarem nas despesas dos lares domésticos”. Acrescenta dados estatísticos graves: de uma turma inicial de mais de 200 alunos, 18 alunos estariam recebendo diplomas de conclusão de cursos na Escola⁴. E ainda seriam diplomas sem grande valor porque “nenhum deles poderá ser considerado oficial”. O Governador Ernani do Amaral Peixoto estaria dando a solução: “pagar a Escola um salário ao aluno efetivamente empregado nos trabalhos das oficinas”. (id. p. 4-5). Nos anos 1980, esta questão foi alvo críticas, quando da implantação das “escolas-produção” onde a atividade de ensino conjugava-se à atividade produtiva, comercializada para custeio parcial das escolas.

No caso dos professores, “é realmente impossível retê-los na Escola, onde ganham exíguos vencimentos”, trabalhando em vários locais, das 7 horas da manhã, às 22 horas, seis dias por semana. “Professores há aqui, cultos e capazes, vencendo mil e oitocentos cruzeiros mensais, ao passo que a Escola andou empenhada, meses a fio, em contratar bombeiro hidráulico para o seu serviço, e não encontrou senão por salário superior a três mil cruzeiros mensais. (ibid.).

⁴ Sobre a atualidade do problema da evasão nos cursos técnicos, v. Crus, 2010.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

Ao tratar do “Espírito profissional”, Wanderley inicia com a crítica aberta ao “reconhecimento da validade dos certificados de exames procedidos nas escolas profissionais para as carreiras ginasiais”, que teria como consequência tornar as escolas profissionais “viveiros de candidatos às profissões liberais” com alunos sem nenhum interesse “pelas práticas industriais, a que não se afazem, pois que trazem outro objetivo para os seus estudos” (id. p. 6)

Suas considerações sobre os trabalhadores é amarga, mas realista. O problema estrutural das desigualdades sociais e de políticas públicas erráticas no tratamento das condições de vida, trabalho e educação da população brasileira, até os dias de hoje, guardadas as diferenças de cada período histórico da vida nacional, permanecem as tendências apontadas pelo autor:

Aliás, num país em que não há tradição de trabalho organizado do meio proletário, mas de um proletariado “sui-gêneris”, não aquele proletariado europeu, que herda a habilidade profissional de seus maiores e tem orgulho dos segredos da profissão, que guarda e cultiva, mas do proletariado que se encaminhou para indústria sem base cultural de espécie alguma, e realizou o aprendizado, como se diz, “de orelhada”. Esse é o operário vencido na sua própria profissão, que não deseja para seu filho o seu próprio destino, e o açula para o comércio e para as profissões liberais, e isto num momento em que a mão de obra qualificada ultrapassada todos os níveis (ibid.).

Sua última consideração sobre o espírito profissional refere-se ao valor simbólico do uniforme de “brim azul destinado ao uniforme de serviço (o conhecido “macacão” proletário)” poupando-se à escola a compra do uniforme cáqui, de gala. Os professores o convenceram que “seria humilhante para os alunos transitarem pelas ruas da cidade vestidos com o uniforme de serviço – com o uniforme proletário, usado em todos os recantos do mundo! (...) se aluno se sentir humilhado com o uniforme, mas humilhado se sentiria com a profissão” (id., p. 7).

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

Referências

- CARONE, Edgar. *A República Velha*. I(1889-1960). 4ª. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978
- CIAVATTA, Maria. *A Escola do Trabalho – Entre discursos e imagens*. Tese (Professor Titular em Trabalho e Educação). Faculdade de Educação. Rio de Janeiro: UFF, 1993.
- CIAVATTA, Maria. Introdução à Escola do Trabalho, escola nacionalizadora. *TrabalhoNecessário*, Neddate, ano 13, n. 21, 2015 (mai./ago.).
- CRUS, Elizabeth Marçal da. *Acesso e Permanência: aprovação e reprovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro*, (Dissertação de Mestrado). Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*. A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro: COPPE / Marco Zero, 1989.
- WANDERLEY, Rubey. *Relatório*. Sobre a situação atual da Escola Industrial Henrique Lage e diretrizes para sua reforma. Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José, de Moura e Silva, D. D. Secretário de Educação e Cultura, pelo respectivo diretor, Rubey Wanderley. [Nichterói]: Estabelecimentos gráficos da Escola Industrial Henrique Lage, dezembro de 1951.

RELATÓRIO

Sobre a situação atual da ESCOLA INDUSTRIAL HENRIQUE LAGE e diretrizes para sua reforma

Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José, de Moura e Silva, D. D. Secretário de Educação e Cultura, pelo respectivo diretor, RubeyWanderley

[Nichterói], Estabelecimentos gráficos da ESCOLA INDUSTRIAL HENRIQUE LAGE, dezembro de 1951

Senhor Secretário,

De conformidade com a circular de Vossa Excelência, de nº 2 de novembro datada, tenho a honra de passar-lhe às mãos os documentos que vão apensos, por cuja leitura poderá verificar qual foi o movimento escolar e qual o movimento econômico-financeiro da Escola Industrial Henrique Lage no

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

decorrer do ano de 1951. Este estabelecimento obteve para sua manutenção, no orçamento em vigor, verbas no valor total de Cr\$ 6.180.550,00 (seis milhões, cento e oitenta mil e quinhentos e cinquenta cruzeiros), restituindo ao Tesouro Cr\$ 1.302.227,10 (um milhão, trezentos e dois mil, duzentos e vinte sete cruzeiros e dez centavos), provenientes de obras manufaturadas na Marcenaria Industrial.

Ao contrário do que comumente se acredita na alta administração, e do crê o público, as rendas desta Escola não provêm de trabalho em que se empregue a mão de obra dos alunos dos cursos industriais; ao contrário, na Marcenaria Industrial não entram alunos, e nela raros são os ex-alunos aproveitados. Este fato mostra, de modo claro e concludente, todos os erros de orientação pedagógica da Escola, se realmente tem ela alguma, e especialmente a ausência de uma didática apropriada aos objetivos que a Escola persegue, e para os quais existe, como é a formação de operários qualificados.

O que acontece com a seção Industrial da Escola é o mesmo que se verifica fora dela. Nas indústrias fluminense e carioca não é difícil encontrar ex-alunos da Escola, mas não manejando máquinas nem dirigindo oficinas. Nas carreiras liberais, nas classes armadas, no comércio, nos escritórios, encontramos de igual forma alunos que frequentaram nossos bancos escolares, para atestarem que houve certo aproveitamento nos cursos das disciplinas de cultura geral, como se denomina o Regulamento do Ensino federal, ao passo que também estão demonstrando a falência da instrução técnica, que deveriam receber em nossa Escola, para o que foi ela expressamente fundada e é mantida com sacrifícios pelo governo.

De fato, a Escola Industrial Henrique Lage é hoje uma espécie de ginásio. Desde que deixou a direção da Escola seu fundador, o eminente engenheiro Amerino Wanick, foi ela abandonando, a pouco a pouco, o ensino técnico, de forma que, para recuperar o tempo perdido, se está fazendo sentir radical transformação nos seus serviços e métodos de ensino, além do que

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

reclama em máquinas, em ferramentas, em utensílios, em materiais de consumo.

Essa reforma há de começar, para ser eficiente, nos serviços administrativos, para que à frente de cada grupo de repartições se coloque funcionário competente, gozando de suficiente autonomia para decidir, dentro das linhas gerais da orientação que lhe for traçada, sobre os assuntos correntes, sem a obrigação de estar a consultar a direção da Escola de momento a momento, com agora acontece, em razão dos poderes de ditadura de que o Diretor é investido pela legislação em vigor, de tal modo que, ausente o Diretor, no trato das questões pendentes externas, a vida da Escola como que se paralisa automaticamente. Em seguida teremos de encarar a eventualidade de um plano de construções internas e remodelação dos edifícios, especialmente os das oficinas, que são velhos pavilhões inservíveis de uma fábrica de fósforos, adquiridos pelo Estado, no Governo do Interventor Ary Parreiras. Em seguida não se poderá deixar de estudar o plano de reequipamento, para, finalmente, assentarmos, com o novo Regulamento Geral, as diretrizes do ensino e os métodos a usar, pois que na técnica educativa, como na ciência moderna, do método é que se gera a filosofia das coisas.

Reforma Administrativa

Vossa Excelência certamente se lembrará do esboço de anteprojeto de reforma da Escola que tivemos a honra de oferecer-lhe em março do ano corrente, poucos dias depois de nossa assunção à chefia da Escola. Com pequenas modificações, aquele trabalho poderá servir de base à reforma da Escola. Poderíamos dividir os serviços internos em quatro setores ou divisões:

I) Diretoria – Conselho Técnico e Administrativo, conselho Fiscal, Serviço de Orientação Profissional, no Projeto chamado de Psicotécnica, e Serviço Social; II) Secretaria, onde se agrupariam todos os serviços puramente burocráticos; III) divisão das Disciplinas de Cultura Geral, a que se juntaria o

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

Serviço de Práticas Educativas; IV) Divisão das disciplinas de Cultura Técnica. Cada uma dessas três últimas divisões seria chefiada imediatamente por um Assessor.

O Conselho Técnico e Administrativo, composto de seis membros eleitos pelos Corpos Docentes da Escola, e renovável pelo terço, de dois anos, de que poderá ser Presidente nato, o Secretário de Educação, substituível por um Vice Presidente nato, na pessoa do Diretor da Escola, teria a missão de organizar o Regulamento Geral e fiscalizar lhe a aplicação, com o intuito de evitar que os diretores, que se sucedem na Escola, nela pretendem introduzir novidades não aconselháveis, ou assentarem providências arbitrárias, que interrompam o ritmo de trabalho em desenvolvimento, ao passo que servirá de estado e guia para os Diretores que não tenham plano algum, o que igualmente acontece com maior frequência do que é de supor, e seria desejável. O Conselho Fiscal, nomeado pelo Governo, teria o controle e fiscalização do movimento econômico financeiro da Escola. Os demais elementos se empregariam, necessariamente, na execução dos programas de estudos e trabalhos, subordinados ao chefe da administração, que não poderia deixar de ser o Diretor, de livre nomeação do Governo. Com esse processo, toda a Escola estaria interessada diretamente na administração; os problemas se estudariam em conjunto, sendo conjunta a responsabilidade dos atos que se praticarem, em face da legislação do Estado. Tudo isto visa à autonomia administrativa da Escola, a modo do que o Exmo. Sr. Governador, em 1937, concedeu ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Não se trata de mania reformista. A autonomia administrativa, consoante pensam todos quantos já lidaram com esta Escola, antigos diretores, atuais funcionários e professores, é providência básica para objetivarmos a industrialização da escola. E sem industrialização o ensino técnico é praticamente irrealizável.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

Efeitos da industrialização

A primeira consequência da industrialização, e a mais principal, é criar, nas oficinas de escola, o ambiente de trabalho idêntico ao que o aluno vai encontrar nas oficinas particulares, quando nelas se for empregar como operário. Hoje em dia, mesmo nas melhores Escolas Técnicas do país, é vezo aconselhar ao aluno, ao deixar a Escola, ir ambientar-se nas indústrias organizadas. É o erro desse processo, que expõe o aluno às reações e à pressão de ambientes estranhos, muitas das vezes rudes e incomplicentes, quando sua inteira formação profissional deve e pode ser adquirida na Escola. Para isto é necessário, (uma vez que a Escola tem dois tipos de curso, o de letras e o profissional), que o menino seja naquele tratado um “aluno” e neste como “aprendiz”, ou seja, como “aprendiz” de indústria, exatamente nos termos em que se faz o aprendizado fora das Escolas profissionais: participando do mesmo nível de vida, das vantagens e das vicissitudes dos proletários.

Providências devem ser concertadas, imediatamente, com o intuito de impedir a fuga à Escola dos alunos, de um lado, e dos professores, de outro lado. É fato conhecido e corrente, nas Escolas profissionais, especialmente em a nossa, que ao atingir o 3º ano a maioria dos alunos abandona os cursos, retirados pelas famílias, que os empregam, para ajudarem nas despesas dos lares domésticos. O Exmo. Sr. Governador Ernani do Amaral Peixoto já deu para esse problema a solução mais inteligente, qual a de pagar a Escola um salário ao aluno efetivamente empregado nos trabalhos das oficinas. Esta providencia, constante da Mensagem Inaugural à Assembleia Legislativa, resolve a questão, na parte principal. O internamento, por ele também preconizado, atende à restante.

Quanto aos professores é realmente impossível retê-los na Escola, onde ganham exíguos vencimentos que os empurram à procura de trabalho em outros estabelecimentos congêneres. A Escola conta com professores que trabalham em variados locais desde as 7 horas da manhã às 22 horas, em seis dias da semana, quando poderia, sob certas condições, contratar os mesmos

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

professores para aulas suplementares que, se não cobrissem todas as suas necessidades monetárias, ao menos iriam permitir-lhes dedicar maior número de horas aos problemas da Escola e dos alunos, sem o que nunca haverá, nesta nem em qualquer outra deste mundo, sólido sistema de educação. O Regulamento Geral poderá, aplicando as rendas obtidas com a industrialização da Escola, prever esse acréscimo de trabalho, para o nosso professorado, não só diurno como noturno, pois que a Escola está em condições de criar um Curso Técnico de Desenho Industrial à noite, para aproveitar a experiência de seus técnicos e suas razoáveis instalações escolares.

Demonstração do que representa essa dupla fuga à Escola está no fato de que, neste mês de dezembro, vão receber diplomas de conclusão de cursos na Escola dezoito alunos. Compunham eles, no ato da matrícula no 1º ano, turma maior de duzentos, que foi mingando com o tempo, para no fim ficarem esses dezoito heróis, cujos diplomas, “grosso modo”, não valem grande coisa, pois que dificilmente qualquer deles poderá ser considerado na categoria de oficial nas respectivas especializações. Se fossemos avaliar quanto vai custar ao Estado essa pequena turma de diplomados, veríamos que muito mais barato, e evidentemente muito mais útil, seria pagar-lhes o Estado os cursos em qualquer grande Universidade estrangeira, do que mantê-los na Escola, onde quase nada se aprenderam. O esforço dispendo e os gastos não correspondem aos resultados finais.

É em face dessa grave situação que estamos preconizando reforma total nos serviços e nos métodos seguidos na Escola. Ou bem temos coragem de enfrentar os fatos e dar-lhes soluções honestas, ou bem devemos ter suficiente energia, e brio cívico, para seguir o exemplo de outras unidades da Federação, que transformaram suas escolas profissionais em ginásios. Para alcançarmos esse objetivo força é que examinemos nossos erros com olhos vazios de complacência para conosco, pois que sempre é tempo de recuperamos o esforço perdido, quando tivermos de andar sem rumo.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

Espírito profissional

A legislação federal sobre o ensino industrial não ajuda, realmente, a formar bons operários, e sobre tantos equívocos em que labora acabou criando e mais perigoso que todos, como foi o reconhecimento da validade dos certificados de exames procedidos nas escolas profissionais para as carreiras ginasiais. Com isto, as Escolas Industriais ainda mais se afastaram de seus objetivos, para se tornarem viveiros de candidatos às profissões liberais, de tal modo que, na nossa Escola, fácil é distinguir os alunos que não se interessam, de modo algum, pelas práticas industriais, a que não se afazem, pois que trazem outro objetivo para os seus estudos.

Aliás, num país em que não há tradição de trabalho organizado do meio proletário, mas de um proletariado “sui-gêneris”, não aquele proletariado europeu, que herda a habilidade profissional de seus maiores e tem orgulho dos segredos da profissão, que guarda e cultiva, mas do proletariado que se encaminhou para indústria sem base cultural de espécie alguma, e realizou o aprendizado, como se diz, “de orelhada”. Esse é o operário vencido na sua própria profissão, que não deseja para seu filho o seu próprio destino, e o açula para o comércio e para as profissões liberais, e isto num momento em que a mão de obra qualificada ultrapassada todos os níveis de preço no mercado de trabalho humano, tão rápida é a sua valorização, e tão buscada é a sua competência profissional. Não precisamos sair da Escola para encontrar exemplificações concludentes. Professores há aqui, cultos e capazes, vencendo mil e oitocentos cruzeiros mensais, ao passo que a Escola andou empenhada, meses a fio em contratar bombeiro hidráulico para o seu serviço, e não encontrou senão por salário superior a três mil cruzeiros mensais. Um professor da Escola, glória da ciência fluminense e brasileiras, com vinte e cinco anos de serviço efetivo nela, ganha menos da metade do salário que compete, em qualquer oficina, a qualquer linotipista. Mas, não é esta a impressão dos alunos da indústria em sua maioria, pretendem usar da Escola para a realização do curso ginasial, desprezando o que há de vivo, de

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

interessante e de útil nas profissões manuais, e desconhecendo o papel que o proletariado está sendo chamado a exercer nas sociedades modernas, como tem posto em vigoroso relevo o digno Sr. Governador Ernani do Amaral Peixoto, em discursos políticos ultimamente pronunciados, que alcançaram larga repercussão nacional.

Nesta ordem de ideias, vale a pena consignar um fato, entre tantos outros que poderiam ilustrar a teste, que expomos.

A Escola fornece aos alunos – hoje em dia a todos eles, pois não todos são igualmente necessitados – brim azul destinado ao uniforme de serviço (o conhecido “macacão” proletário) – e cáqui para os uniformes de gala. Em face das condições financeiras da Escola e das necessidades grandes que apresenta de materiais de consumo, veio a ser nossa intenção distribuir neste ano o brim dos uniformes de serviço, cortando o fornecimento do cáqui. Foi impossível manter a deliberação, porquanto até mesmo professores de inteligência arejada se empenharam em convencer-nos de que seria humilhante para os alunos transitarem pelas ruas da cidade vestidos com o uniforme de serviço – com o uniforme proletário, usado em todos os recantos do mundo!

É claro que, se aluno se sentir humilhado com o uniforme, mas humilhado se sentiria com a profissão. É que na Escola, exceto talvez, raros períodos administrativos, não se insiste na criação do espírito de classe, no espírito da profissão, se pode assim dizer, sem o qual ninguém prosperará nunca numa determinada atividade, pois que tudo quanto se grande se faz no mundo é, de fato, o resultado de uma crença, de uma convicção, de um entusiasmo, de uma brava mística.

O Regulamento Geral da Escola, em cujo anteprojeto estamos trabalhando, atenderá a esse aspecto do problema do ensino industrial, e para realizarmos a propaganda desse programa contamos com dois admiráveis auxiliares – o sistema de altos falantes, que instalamos na Escola, e o cinema educativo, cuja máquina de projeção também já foi por nós adquirida.